

Casa Civil da Presidência da República
Imprensa Nacional – IN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Brasília/2011

Casa Civil da Presidência da República
Imprensa Nacional – IN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Assessoria de Planejamento e Modernização-Aplam/Dirge

Brasília /2011

LISTA DE TABELAS E DECLARAÇÕES

Tabela 1 - Identificação de Relatório de Gestão Agregado	2
Tabela 2 - Páginas editoradas	4
Tabela 3 - Triagem dos jornais oficiais em 2010	4
Tabela 4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	7
Tabela 5 – Demonstrativo da execução física das ações realizadas pela UJ	8
Tabela 6 – Identificação das unidades orçamentárias	8
Tabela 7 – Programação de despesas correntes	8
Tabela 8 – Programação de despesas capital.....	9
Tabela 9 – Resumo da programação de despesas.....	9
Tabela 10 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	10
Tabela 11 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	10
Tabela 12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	11
Tabela 13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	11
Tabela 14 - Indicadores institucionais	12
Tabela 15 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	14
Tabela 16 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	15
Tabela 17 - Composição do quadro de recursos humanos - Situação apurada em 31/12/2010	15
Tabela 18 - Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária.....	16
Tabela 19 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade	16
Tabela 20 - Composição do Quadro de Servidores Inativos	17
Tabela 21 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	17
Tabela 22 - Composição do Quadro de Estagiários	17
Tabela 23 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	18
Tabela 24 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	19
Tabela 25 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	20
Tabela 26 - servidores que até a presente data não apresentaram Declaração de Bens e Rendas	23
Tabela 27 - Estrutura de controles internos da UJ	25
Tabela 28 – Gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	26
Tabela 29 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	27
Tabela 30 - Gestão de TI da UJ	28
Tabela 31 - Suprida: Mônica Lima Matos Salgado	28
Tabela 32 - Suprido: Paulo Marcelo Moura Xavier	28
Tabela 33 - Suprido: Júlio César de Albuquerque Campos	29
Tabela 34 - Suprido: Antônio Carlos da Cruz Vaz.....	29
Tabela 35 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	31
Tabela 36 - Regimento Interno da Imprensa Nacional.....	31
Tabela 37 - Regimento Interno da Imprensa Nacional.....	32
Tabela 38 - Descrição de indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciamento e conformidade e desempenho	33
Tabela 39 - Conformidade de pagamento de ativos e aposentados, pensionistas e ex-servidores a título de GPS	33
Tabela 40 - Declaração do Contador – Exec. Orç. Fin./PR	34
Tabela 41 - Declaração do Contador – Cord.Rec. Humanos	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Índice de absenteísmo institucional	21
Figura 2 - Indicador: Índice de acidentes no trabalho	21
Figura 3 - Índice de execução orçamentária em capacitação.....	22

SUMÁRIO

Identificação da Unidade Jurisdicionada	2
Introdução	3
Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	6
Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	6
Desempenho Orçamentário e Financeiro	8
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	14
Informações sobre recursos humanos da unidade	15
Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas.....	23
Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	23
Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:.....	24
Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	25
Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ	27
Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	27
Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	28
Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU	30
Declaração do Contador responsável por UJ	34
Conclusão	35

IMPrensa NACIONAL – IN/CASA CIVIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Casa Civil/PR		Código SIORG: 2837	
Identificação da Unidade Jurisdicionada: Agregadora			
Denominação completa: Imprensa Nacional			
Denominação abreviada: IN			
Código SIORG: 000332		Código na LOA: 020927	
Código SIAFI: 110245/110247			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Distribuição de Diário Oficial da União; Serviço de		Código CNAE: 98299-7/99	
Telefones/Fax de contato: (061) 3441-9833		(061) 3441-99852 Fax (061) 3441-9471	
E-mail: ouvidoria@in.gov.br			
Página na Internet: http://www.in.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Indústrias Gráficas – Quadra 6 – Lote 800 – CEP 70610-460 – Brasília/DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo de Imprensa Nacional			
Denominação abreviada: Funin			
Código SIORG: 20116		Código na LOA: 02927	
Código SIAFI: 110245/110247			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Serviço de Distribuição de Diário Oficial da União		Código CNAE: 98299-7/99	
Telefones/Fax de contato: (061) 3441-9833		(061) 3441-99852 Fax (061) 3441-9471	
E-mail: ouvidoria@in.gov.br			
Página na Internet: http://www.in.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Indústrias Gráficas – Quadra 6 – Lote 800 – CEP 70610-460 – Brasília/DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto de 13 de maio de 1808 – Imprensa Régia; Lei nº 592 de 13 de dezembro de 1948 – Departamento de Imprensa Nacional; Decreto nº 96.894 de 3 de outubro de 1988 – Imprensa Nacional.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 147, de 9 de março de 2006 - Dispõe sobre o Regimento Interno da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009 - Dispõe sobre normas para publicação de matérias nos Jornais Oficiais.			

Tabela 1 - Identificação de Relatório de Gestão Agregado

Introdução

O presente relatório pretende apresentar as principais realizações da gestão da Imprensa Nacional - IN, no exercício de 2010, bem como, os planos e projetos concretos para o exercício de 2011.

Os itens a seguir relacionados, que constam da norma DN TCU nº 107/2010, Anexo II, não se aplicaram à realidade desta Unidade ou não ocorreram no exercício de 2010:

Não Aplicável

- Renúncias tributárias sob gestão da UJ;
- Valores renunciados e respectiva contrapartida;
- Contribuintes beneficiados pela renúncia – Pessoas físicas;
- Contribuintes beneficiados pela renúncia – Pessoas jurídicas;
- Beneficiários da contrapartida da renúncia – Pessoas físicas;
- Beneficiários da Contrapartida da renúncia – Pessoas jurídicas;
- Aplicação de recursos da renúncia de receita pela própria UJ;
- Prestações de contas de renúncia de receitas;
- Comunicações a RFB;
- Indicadores de gestão da renúncia de receitas;
- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União; e
- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros informações sobre renúncia tributária.

Não ocorreu

- Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação; e
- Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

A Imprensa Nacional – IN, visando o aprimoramento da gestão, para melhor atender os clientes com a prestação de serviços e produtos com maior qualidade e agilidade, revisou suas diretrizes estratégicas, culminando com a elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2009 a 2011. Na oportunidade foram revistos os valores institucionais e os macroprocessos, que subsidiaram o estabelecimento de novos objetivos estratégicos, desdobrados em metas e respectivos indicadores, sendo ainda elaborados planos de ação.

Dentre os macroprocessos destacamos o que trata da Gestão de Editoração e Produção Gráfica, que está alinhado ao Programa 0753 – Divulgação dos atos oficiais e produção gráfica do Plano Plurianual –PPA, selecionado para compor a Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR/2010.

No ano de 2010 a Imprensa Nacional deu continuidade ao ciclo de modernização e evolução nos diversos processos, sistemas de editoração e produção gráfica. A seguir demonstramos as ações com reflexo direto na melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira.

Com a edição do Decreto nº 6.482, de 12 de junho de 2008, e do Decreto nº 7.187, de 27 de maio de 2010, foram retomadas as atividades de produção gráfica, extintas pelo Decreto nº 4.260, de 6 de junho de 2002, e definidas algumas publicações com calendário próprio. Entre estes trabalhos, destacam-se Balanços Quadrimestrais e os livretos das Ações Regionalizadas por Estado do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; o caderno Destaques – Ações e programas do Governo Federal, com periodicidade bimestral, em Português, Espanhol e Inglês; o informativo diário Em Questão, bem como folhetos, cartazes e impressos diversos.

O lançamento da Separata de Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo (leis, medidas provisórias, decretos numerados e decretos não numerados) com periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União, é uma iniciativa que tem como objetivo maior,

propiciar à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs e pluralizando o papel da Imprensa Nacional.

Estes instrumentos legais possibilitaram, ainda, a impressão e acabamento gráfico dos livros de transição governamental dos Ministérios e Secretarias, fundamentais para subsidiar os trabalhos da equipe de Transição e dos novos titulares das Pastas.

Ressalta-se, também, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Imprensa Nacional e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, para editoração, impressão e distribuição do suplemento semanal ao Diário Oficial da União, que tem como objetivo notificar sobre infração em vias rodoviárias federais e informar sobre a decisão em recurso impetrado contra a aplicação de penalidade de trânsito.

A implantação da sistemática para compra e aproveitamento de créditos para publicações futuras propiciou maior flexibilidade na comprovação de pagamentos de matérias de terceiros, que por determinação legal devem ser publicadas nos jornais oficiais, além de agregar controle do crédito restituído ao cliente, em caso de matérias sustadas ou devolvidas. A implantação desta nova regra de negócio representa um marco na história da IN, que passa a dispor de um modelo de arrecadação moderno, pluralizando as modalidades de pagamento e permitindo ao cliente a gestão sobre as operações de crédito adquirido ou restituído.

Com a otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais foi alcançada substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais. O resultado foi um reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entrega cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.

No presente exercício foram editoradas 390.566 páginas dos jornais oficiais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Páginas editoradas

JORNAIS OFICIAIS	PÁGINAS EDITORADAS	%
Diário Oficial da União, Seções 1, 2 e 3	108.666	27,9
Diário da Justiça	12.332	3,1
Diário da Justiça Eletrônico da 1ª Região - e-DJF1	269.568	69
TOTAL	390.566	100

Tabela 2 - Páginas editoradas

Fonte: Coordenação de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais–Coejo

O novo complexo de impressão rotativa – Goss/DGM tem capacidade de impressão de até 160 páginas por caderno de jornal, apresentando-se ainda como alternativa de produção em grandes tiragens para outros impressos.

O demonstrativo a seguir detalha as tiragens e as páginas impressas nas edições dos Jornais Oficiais (Diário Oficial da União e do Diário da Justiça, inclusive as edições extras e suplementares).

Tiragem dos Jornais Oficiais Em 2010

DIÁRIOS OFICIAIS E DA JUSTIÇA			
Nº DE EDIÇÕES	Nº DE CADERNOS	Nº DE PÁGINAS	Nº DE EXEMPLARES
251	2093	113.616	2.105.928
SEÇÕES EXTRAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS			
38	89	1.352	165.185
SUPLEMENTO DA ANVISA			
47	85	4.932	84.459
SUPLEMENTO DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL - PRF			
11	128	3.900	20.632
ORÇAMENTO DA UNIÃO			
01	40	2.560	700

Tabela 3 - Triagem dos jornais oficiais em 2010

Fonte: Coordenação de Produção–Copro

Dentro da visão de governo de propiciar cidadania ao povo brasileiro e, com o objetivo de disponibilizar a todos a informação oficial, foram incorporadas novas regras de mercado para a comercialização dos jornais oficiais em versão eletrônica com certificação digital nos padrões da ICP-Brasil, com a garantia de autenticidade do conteúdo do documento digital.

Em 2010 foram emitidos 5.399 certificados novos de acesso ao sistema de envio eletrônico de matérias-INCom, operado via internet, diretamente pela página da Imprensa Nacional. Foram, ainda, renovados 8.067 certificados, encerrando o presente exercício com 118.660 origens aptas e certificadas para utilizar o sistema no envio eletrônico de matérias para o Diário Oficial da União e o Diário da Justiça.

No processo contínuo de modernização tecnológica destacamos a montagem de uma sala redundante de servidores que permanece sempre ativa dividindo os serviços da sala principal. Em caso de pane nos serviços da sala principal de servidores a sala redundante é capaz de absorver os seus principais serviços sem interrupção.

Visando aperfeiçoar a utilização dos seus recursos de tecnologia da informação – TI e, garantir que esses recursos agreguem valor à Imprensa Nacional e aos seus clientes, esta Casa realizou diversas ações de planejamento e organização nos últimos anos. Nesse sentido, estabeleceu normas, padrões de segurança da informação, e há três anos vem publicando anualmente o seu Plano Diretor de TI – PDTI, totalmente aderente ao Plano Estratégico da Imprensa Nacional. Também foram constituídos o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - TI e o Comitê Gestor de Segurança da Informação.

Foram, ainda, implantados os padrões ITIL e COBIT no processo de gerenciamento dos serviços prestados em tecnologia da informação. Estas ações, somadas a diversas outras, visando o aprimoramento dos seus processos, levaram o Tribunal de Contas da União – TCU a considerar a Imprensa Nacional como um dos órgãos da Administração Pública Federal com uma das melhores pontuações em governança de TI, com base nas pontuações apuradas em recente levantamento.

Para o exercício de 2011, além dos Programas e Ações constantes no Plano Plurianual, foram também estabelecidas metas e seus respectivos indicadores estratégicos, abaixo relacionados, decorrentes dos macroprocessos definidos no Planejamento Estratégico 2009/2011:

Macroprocesso: Gestão Estratégica e Modernização e Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Meta 1: Elevar em 2% a arrecadação em 2011.

Indicador: Índice de arrecadação em 2011.

Meta 2: Garantir acima de 99% o tempo de disponibilidade do Portal da Imprensa Nacional até 31 de dezembro/2011.

Indicador: Índice de disponibilidade do Portal Institucional.

Macroprocesso: Gestão de Pessoas.

Meta 3: Manter o índice de absenteísmo abaixo de 3% em 2011.

Indicador: Índice de absenteísmo institucional.

Meta 4: Manter abaixo de 1% o índice de acidentes no trabalho.

Indicador: Índice de acidentes no trabalho.

Macroprocesso: Gestão de Editoração e Produção Gráfica.

Meta 5: Manter abaixo de 0,1% o índice de diligências no processo editorial em 2011.

Indicador: Índice de diligências no processo editorial.

Meta 6: Manter abaixo de 15% o percentual de perda de papel jornal em 2011.

Indicador: Taxa de desperdício de papel jornal.

Macroprocesso: Gestão do atendimento ao Cliente.

Meta 7: Elevar o índice de satisfação dos cidadãos-usuários em 12% em 2011.

Indicador: Índice de satisfação dos cidadãos-usuários.

Responsabilidades institucionais da unidade

A Portaria nº 350, de 18 de dezembro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 151, na mesma data, atribuiu à Assessoria responsável pelas atividades financeiras e orçamentárias as competências previstas para Coordenação de Orçamento e Finanças – COFIN da Diretoria-Geral da Imprensa Nacional.

I. Competência Institucional

Pela Portaria mencionada no item anterior a unidade financeira ficou com as seguintes atribuições:

- Assessorar o Diretor-Geral da Imprensa Nacional no âmbito de sua atuação;
- Analisar e opinar sobre a proposta orçamentária anual e a abertura de créditos adicionais;
- Acompanhar a execução da lei orçamentária, dos créditos adicionais e das atividades relacionadas com o Plano Plurianual;
- Realizar o acompanhamento sistemático da legislação e das normas que regulam o planejamento e a execução orçamentária e financeira, zelando pelo seu cumprimento;
- Adotar metodologias que facilitem a integração entre a Imprensa Nacional e a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, nos assuntos relacionados com o planejamento e a execução orçamentária e financeira;
- Elaborar relatórios e demonstrativos que compõem a tomada de contas anual da Imprensa Nacional;
- Exercer outras atividades determinadas pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

II. Objetivos estratégicos

A unidade orçamentária e financeira, visando dar cumprimento as suas atribuições regimentais, estabeleceu as metas a seguir relacionadas:

Meta 1: Executar 100% do orçamento anual destinado às despesas de custeio em 2010.

Indicador: Índice de execução trimestral do orçamento das despesas de custeio em 2010.

Resultado: Índice de execução foi de 86 %.

Análise: A meta não foi alcançada, apesar de ter ficado dentro da faixa de aceitação.

Meta 2: Executar 100% do orçamento anual destinado às despesas de investimento em 2010.

Indicador: Índice de execução orçamentária das despesas de Investimentos no em 2010.

Resultado: Índice de execução foi de 96 %.

Análise: O resultado de 96% é aceitável, ficando muito próximo da meta.

Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade

Os resultados apresentados no final do exercício ficaram próximos dos índices estabelecidos nas metas, mesmo com as dificuldades decorrentes de se trabalhar no início do ano com 1/12 avos e dos contingenciamentos orçamentários.

II. Análise do Plano de ação referente ao exercício

Para cada meta foram elaborados planos de ações que visam a execução e o monitoramento dos resultados esperados.

Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Demonstrativo da execução por programa de governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0753		Denominação: Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Propiciar a transparência nas ações de governo						
Objetivos Específicos: Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República						
Gerente: Fernando Tolentino de Sousa Vieira			Responsável: Marcelo Vieira Siqueira			
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
254.378.521,00	235.759.273,00	39.714.950,00	219.824.709,00	10.359.039,00	250.037.811,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de execução trimestral do orçamento destinada às despesas de custeio no ano de 2010	4/1/2010	23%	86%	100%	86%
Fórmula de Cálculo do Índice: $(TDCET/TOCA-OC) \times 100$						
TDCET – Total das Despesas de Custeio Empenhadas no Trimestre. TOCA – Total de Orçamento de Custeio Aprovado. OC – Orçamento contingenciado.						
Análise do Resultado Alcançado: Em custeio, houve uma execução de 86% do orçamento.						
Com a liberação de 1/12 avos e o contingenciamento, não foi possível alcançar 100% da execução do orçamento em custeio no ano 2010.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Índice de execução trimestral do orçamento destinada às despesas em investimentos no ano de 2010	4/1/2010	2%	96%	100%	96%
Fórmula de Cálculo do Índice: $TDIET/(TOIA - OC) \times 100$						
TDIET - Total de Despesas de Investimentos Empenhadas no Trimestre. TOIA – Total de Orçamento em Investimento Aprovado. OC – Orçamento contingenciado.						
Análise do Resultado Alcançado: Orçamento em investimento foi executado 96%.						
A meta estabelecida foi alcançada com sucesso						

Tabela 4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
Fonte: Siafi e Gerenciador de Projeto da Imprensa Nacional

II. Execução física das ações realiza pela UJ

Demonstrativo da execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	122	0753	2805	A	1	un	12	12	12
04	662	0753	2804	A	1	un	300.000,00	377.133,00	300.000,00

Tabela 5 – Demonstrativo da execução física das ações realizadas pela UJ

Fonte: Siafi/Sigpan

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Imprensa Nacional	110245	110245
Imprensa Nacional	110247	110247

Tabela 6 – Identificação das unidades orçamentárias

Fonte: Siafi/Sigpan

Desempenho Orçamentário e Financeiro

I. Programação Orçamentária das Despesas

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	146.449.882,00	115.238.446,00	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
	PLOA	146.449.882,00	115.238.406,00				
	LOA	146.449.882,00	191.290.446,00				
CRÉDITOS	Suplementares	30.400.000,00	78.952.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados	15.000.000,00	2.900.000,00					
Outras Operações							
Total		161.849.882,00	191.209.446,00				

Tabela 7 – Programação de despesas correntes

Fonte: Siafi Operacional

Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	3.000.000,00	1.500.000,00	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
	PLOA	3.000.000,00	1.500.000,00				
	LOA	3.000.000,00					
CRÉDITOS	Suplementares		500.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		500.000,00					
Outras Operações							
Total		3.000.000,00	1.500.000,00				

Tabela 8 – Programação de despesas capital
Fonte: Siafi Gerencial

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	40.557.536,00	42.500.800,00	3.000.000,00	1.500.000,00	98.938.372,00	95.139.176,00	
	PLOA	40.557.536,00	42.500.800,00	3.000.000,00	1.500.000,00	-	-	
	LOA	40.557.536,00	-	3.000.000,00	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	1.500,00	511.712,00	-	500.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	5.617,00	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	1.500,00	43.784,00	-	500.000,00	-	-		
Outras Operações				-		-	-	
Total		40.563.153,00	42.968.827,00	3.000.000,00	1.500.000,00	98.938.372,00	95.139.17,00	

Tabela 9 – Resumo da programação de despesas
Fonte: Siafi Operacional

II. Execução Orçamentária das Despesas

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos			Não aplicável	Não aplicável	
	Recebidos	110245	2805			197.090.446,00
Movimentação Externa	Concedidos	110247	200014			100.000,00
	Recebidos	Diversos	2804			770.703,99
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				1 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Tabela 10 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa
Fonte: Siafi Operacional

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	2.014.301,19	316.045,06	2.014.301,19	316.045,06
Pregão	28.269.442,81	31.281.932,59	28.269.441,81	31.281.932,59
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	2.176.426,12	2.112.805,95	2.176.426,12	2.112.805,91
Inexigibilidade	1.054.365,21	1.267.474,72	1.054.365,21	1.267.474,72
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	31.379,24	28.796,41	31.379,24	28.796,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	154.690.392,80	187.882.954,83	154.690.392,80	187.882.954,83
Diárias	52.000,00	79.978,45	52.000,00	79.978,45
Outros				

Tabela 11 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ
Fonte: Siafi Operacional

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa (33319001/3339011/3339008)	620.929,21	1.710,00	620.929,21	1.710,00	11.363.732,28	2.658.435,21	161.849.882,00	11.363.732,28

Tabela 12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Fonte: SIAFI Operacional

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa (93449051/52)	2.096.266,64	1.435.185,95	2.096.266,64	529.338,95	711.744,78	965.371,90	1.563.297,66	529.338,95

Tabela 13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Fonte: SIAFI Operacional

III. Indicadores Institucionais

A unidade orçamentária e financeira, visando dar cumprimento as suas metas estabeleceu os seguintes indicadores:

Indicadores Institucionais

Indicador	Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça
Programa	0753 - Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica
Gerente de Programa	Fernando Tolentino de Sousa Vieira
Analista SPI	Marcelo Vieira Siqueira
Índice Início PPA	0,000
Data da Apuração do Índice Início PPA	
Índice Previsto ao Final do PPA	
Unidade de Medida	Unidade
Base Geográfica	Nacional
Fórmula de Cálculo	Número médio mensal absoluto de assinaturas dos DOU e DJ por meio eletrônico e convencional. DOU - Diário Oficial da União DJ - Diário da Justiça
Comentário	O número de assinaturas dos Jornais Impressos foi de 34.475, 1.147 eletrônicos. As assinaturas convencionais de 34.475, com o número médio de 789 e as eletrônicas do total de 1.147, o número médio de 95,58, sendo que o percentual de comparação de assinaturas convencionais, para assinaturas eletrônicas é de 332 anual.
Índice Previsto para 2010	Não é previsível
Índice Apurado Referente ao Ano de 2009	Não é previsível

Tabela 14 - Indicadores institucionais
Fonte: Sigplan

Indicador	Quantidade de Acessos ao Sítio da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça
Programa	0753 - Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica
Gerente de Programa	Fernando Tolentino de Sousa Vieira
Analista SPI	Marcelo Vieira Siqueira
Índice Previsto ao Final do PPA	0,000
Unidade de Medida	Unidade
Base Geográfica	Nacional
Fórmula de Cálculo	Quantidade absoluta de acessos à página da Imprensa Nacional na Internet.
Comentário	O total de acesso à página da Imprensa Nacional na Internet para consulta do Diário Oficial da União em 2010 foi de 191.433.066, tivemos um acréscimo de 17.829%, com relação ao ano anterior.
Índice Previsto para 2010	Não é previsível
Índice Apurado Referente ao Ano de 2009	17.829%

Fonte: Sigplan

Indicador	Taxa de evolução das assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça
Programa	0753 - Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica
Gerente de Programa	Fernando Tolentino de Sousa Vieira
Analista SPI	Marcelo Vieira Siqueira
Índice Início PPA	14,400
Data da Apuração do Índice Início PPA	31/12/2005
Índice Previsto ao Final do PPA	0,000
Unidade de Medida	Percentual
Base Geográfica	Regional
Fórmula de Cálculo	Relação percentual entre o número de assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça no ano em apuração e o número de assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça no ano anterior.
Comentário	Número de assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça no ano em apuração 34.475. Número de assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça no ano anterior. 36.107. Houve um decréscimo de 4.52%
Índice Previsto para 2010	Não é previsível
Índice Apurado Referente ao Ano de 2009	4.52% (decrécimo)

Fonte: Sigplan

Indicador	Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial
Programa	0753 - Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica
Gerente de Programa	Fernando Tolentino de Sousa Vieira
Analista SPI	Marcelo Vieira Siqueira
Índice Início PPA	0,000
Data da Apuração do Índice Início PPA	
Índice Previsto ao Final do PPA	0,000
Unidade de Medida	Percentual
Base Geográfica	Nacional
Fórmula de Cálculo	Relação percentual entre o nº total de reclamações recebidas e o nº total de assinaturas do Diário Oficial
Comentário	Nos mês de janeiro e fevereiro houve uma queda significativa das reclamações em decorrência de período de férias, principalmente nos casos relacionados à entrega de jornais. Em março houve um acentuado acréscimo, ultrapassando a meta e a faixa de aceitação, devido à inconsistência no sistema o que gerou mensagens em duplicidade e ainda cadastradas com denominações trocadas, ou seja, reclamação ao invés de solicitação. Em abril, houve redução em relação ao mês anterior, vez que a falha no sistema de Ouvidoria foi contornada com trabalho de orientação aos usuários no que tange ao cadastramento correto no sistema Ouvidoria. No mês de maio, o trabalho de orientação continuou neste período, determinando o mesmo índice do mês anterior. Em junho houve redução em relação ao mês anterior, isto ocorreu pela continuidade do trabalho de conscientização feito por esta Ouvidoria, bem como ajustes sugeridos a algumas áreas para eliminação de possíveis falhas nos serviços prestados.

	<p>No mês de julho as orientações às áreas continuam e apesar do aumento de um ponto percentual em relação ao mês anterior o valor permanece dentro da meta estabelecida.</p> <p>Em agosto, mesmo havendo problemas de acesso à rede da Imprensa Nacional nesse período, verificou uma queda do percentual de reclamações quando comparado ao mês anterior. Em análise feita a partir de anos anteriores e do total de manifestações no período, verificamos que neste mês tais índices refletem essa queda esperada, mesmo com falhas no atendimento no prazo estabelecido.</p> <p>Em setembro houve uma alteração significativa no percentual devido ao grande número de reclamações aos problemas ocorridos quando da distribuição dos Diários Oficiais aos clientes.</p> <p>Em outubro, a partir dos esforços concentrados, em parceria com a Coordenação de Relacionamento Externo-Corex, na questão da distribuição dos jornais, houve pequena queda do percentual. Contudo, o nível insiste em se manter acima da meta estabelecida por consequência, ainda, das falhas na distribuição dos Diários Oficiais.</p> <p>Novembro, neste mês o índice teve um significativo aumento em decorrência, ainda, de inúmeras reclamações relativas aos problemas nas entregas dos Diários Oficiais.</p> <p>Em dezembro, os problemas nas entregas dos jornais oficiais são, ainda, as principais causas do aumento do percentual. Contudo, estamos trabalhando para sanar tais falhas para que, com isso, possamos diminuir significativamente o quantitativo de reclamações de clientes e usuários.</p> <p>O Total de reclamações recebidas durante o ano de 2010 foi de 763, e o total de assinantes durante o ano de 2010, foram de 34.475, portando um percentual de 2.21%.</p>
Índice Previsto para 2010	Não é previsível

Fonte: Sigplan

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
331.9092.00		Pagamento de Exercícios Anteriores			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
110247	IR/PSS	-	6.270.046,23	-	6.270.046,23
Razões e Justificativas:					
<p>Recurso destinado ao pagamento de GEPDIN. Foi autorizado pelo Ministério do Planejamento para pagamento de aposentados e pensionistas, pensão alimentícia e honorários advocatícios, no final do exercício de 2010, com os recursos liberados somente para pagamento do líquido, restando ser pago o PSS e IR, nos quais deveriam ser recolhidos por meio de cota, sendo que não existia mais orçamento para apropriação da despesa.</p>					

Tabela 15 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Fonte: SIAFI Operacional

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	8.373.476,38	-	-	734.871,38
2008	11.165.265,40	-	-	146.937,39
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	711.744,75	0	0	159.799,62
2008	530.318,32	0	0	146.937,39
Observações:				

Tabela 16 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Fonte: SIAFI Operacional

Informações sobre recursos humanos da unidade

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	316	4	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	8	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	6	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	-	22	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
1.5 Total Servidores	-	353	-	-
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	26	4	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	5	1	-
2.2.4 Sem vínculo	-	8	-	-
2.2.5 Aposentado	-	1	-	-
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	30	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	-	71	-	-

Tabela 17 - Composição do quadro de recursos humanos - Situação apurada em 31/12/2010
Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas - Cogep

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	5	154	158	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	12	10	-
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	4	20	16	1
2.3. Funções gratificadas	-	2	19	7	2

Tabela 18 - Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas-Cogep

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	7	18	179	103	9	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	3	15	4	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	10	24	8	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	22	8	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Tabela 19 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas-Cogep

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	287	17
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	133	2
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	138	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	31	-
2.4 Outras	-	-

Tabela 20 - Composição do Quadro de Servidores Inativos
Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas -Cogep

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	1056	16
2. Proporcional	05	02

Tabela 21 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão
Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas – Cogep

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					97.217,60
1 Área Fim	2	2	2	2	
2 Área Meio	9	11	15	15	
Nível Médio					
1 Área Fim	-	-	-	-	-
2 Área Meio	-	-	-	-	-

Tabela 22 - Composição do Quadro de Estagiários
Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas –Cogep

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.813.693,31	1.094.230,41	15.005.954,47	-	3.557.106,41	1.511.516,37	115.451,31	23.097.952,28
2009	6.871.415,46	1.188.085,08	12.303.575,05	-	2.497.343,16	1.292.745,61	47.896,55	24.201.060,91
2010	7.379.273,46	928.999,76	11.814.106,20	-	2.041.189,67	1.222.566,28	44.546,06	23.430.281,43
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.112.088,51	-	-	-	-	-	-	1.112.088,51
2009	1.211.509,26	-	-	-	-	-	-	1.211.509,26
2010	1.225.521,83	-	-	-	-	-	-	1.225.521,83
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	93.822,43	-	-	-	-	-	-	93.822,43
2009	100.391,33	-	-	-	-	-	-	100.391,33
2010	103.629,76	-	-	-	-	-	-	103.629,76

Tabela 23 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas – Cogep

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Imprensa Nacional

UG/Gestão: 110245

CNPJ: 04.196.645/0001-00

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigida dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	09/2009	37.168.960/0001-75	18/02/2009	17/02/2012	15	15	2	2	8	8	P
2009	7	O	34/2009	00.087.163/0001-53	15/09/2009	14/09/2011	2	2	22	22	3	3	P
2010	2	O	12/2010	00.087.163/0001-53	19/05/2010	18/05/2011	100	100	3	3	-	-	P
2009	7	O	40/2009	37.057.387/0001-22	01/12/2009	30/11/2010	-	-	-	-	20	20	E
2010	3	O	10/2010	04.248.842/0001-18	30/11/2010	29/11/2011	23	23	1	1	-	-	A
2009	7	O	19/2009	02.843.359/0001-56	01/05/2009	30/04/2011	22	22	2	2	-	-	P
2008	1	O	23/2008	00.032.227/0001-19	25/08/2008	24/08/2011	28	28	75	75	-	-	P
2009	5	O	42/2009	02.004.950/0001-10	31/12/2009	30/12/2011	-	-	13	13	-	-	P
2009	7	O	43/2009	02.005.031/0001-60	31/12/2009	30/12/2011	-	-	84	84	-	-	P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Tabela 24 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Fonte: Gerência de Contratos e Convênios-Gecon

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
09/2009	2	25	Coordenação de Recursos Logísticos / Gerência de Serviços Gerais
34/2009	9	27	Creche Leôncio correia
12/2010	7	103	Coordenação de Recursos Logísticos / Gerência de Serviços Gerais
40/2009	9	20	Coordenação de Tecnologia de Informação
10/2010	3	24	Coordenação de Recursos Logísticos / Gerência de Serviços Gerais
19/2009	9	24	Coordenação de Produção
23/2008	1	103	Coordenação de Recursos Logísticos / Gerência de Serviços Gerais
42/2009	5	13	Coordenação de Recursos Logísticos / Gerência de Serviços Gerais
43/2009	8	84	Coordenação de Recursos Logísticos / Gerência de Serviços Gerais

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Tabela 25 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
Fonte: Gerência de Contratos e Convênios-Gecon

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Indicador: Índice de absenteísmo institucional

Meta: Manter o índice de absenteísmo abaixo de 3% em 2010.

Fórmula de cálculo: $\text{Total de dias ausentes-TDA} / (\text{Total de dias úteis-TDU} \times \text{Total de Servidores-TS}) \times 100$

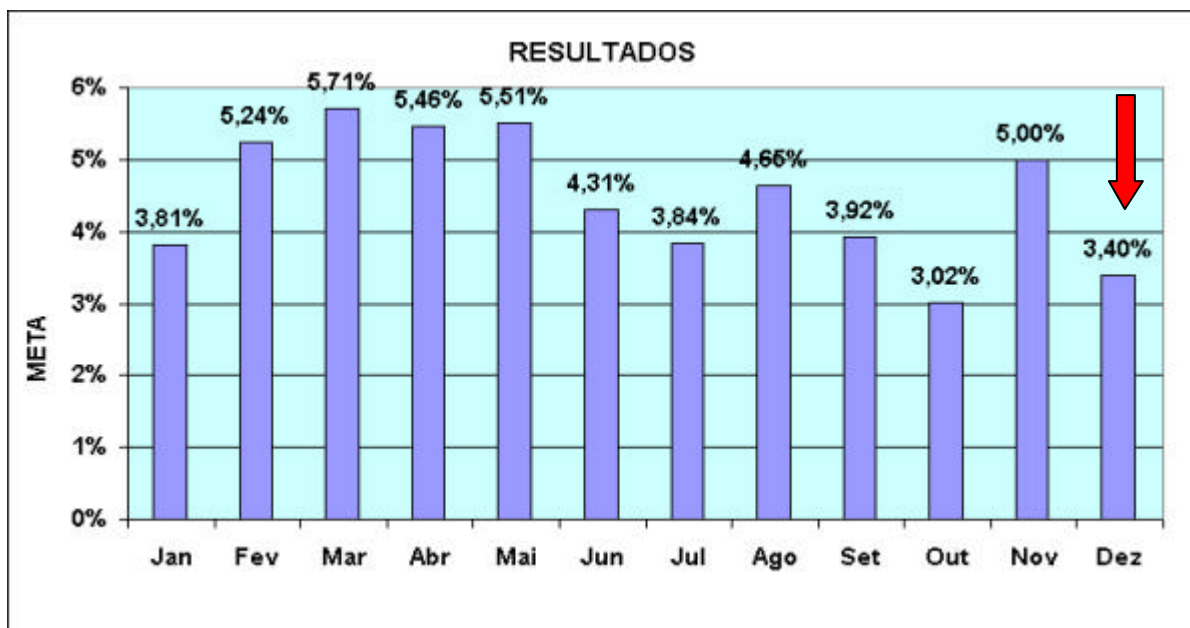


Figura 1 - Índice de absenteísmo institucional
 Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas-Cogep

Os resultados deste indicador demonstram que os índices ficaram próximos da meta estabelecida. Contudo as diversas ações que vêm sendo implementadas podem contribuir para o sucesso do indicador, como por exemplo, as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Qualidade de Vida, Comissão Anti-Tabagismo e a implantação do exame periódico do servidor.

Indicador: Índice de acidentes no trabalho

Meta: Manter abaixo de 1% o índice de acidentes no trabalho em 2010.

Formula de calculo: $TA \times TE \times 100$ (TA: Total de acidentes ocorridos) (TE: Total de Empregados = Servidores e funcionários)

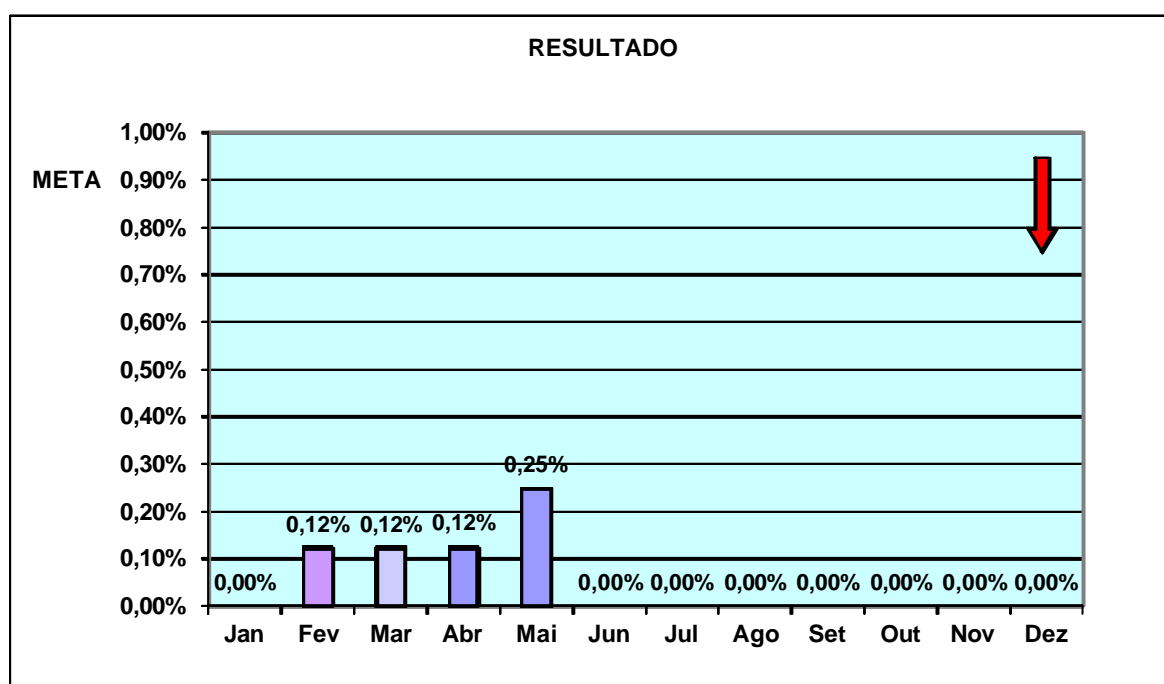


Figura 2 - Indicador: Índice de acidentes no trabalho
 Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas-Cogep

Os resultados apresentados demonstram que as ações abaixo relacionadas surtiram o efeito desejado, estabelecido na meta:

- a) Parceria com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA - Gestão 2009/2010;
- b) Classificação de acidentes de trabalho no âmbito da Imprensa Nacional, distinguindo acidentes com servidores e terceirizados;
- c) Treinamento de evacuação de emergência, com suporte do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, em parceria com a CIPA e Brigada de Incêndio da Imprensa Nacional; e
- d) Treinamento de evacuação de emergência, com suporte do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, em parceria com a CIPA e Brigada de Incêndio da Imprensa Nacional.

Indicador: Índice de execução orçamentária em capacitação

Meta: Executar 90% do orçamento destinado para capacitação em 2010 (Recursos disponibilizados - TRD= R\$ 300.000,00).

Formula de calculo: $(TRA/TRD) \times 100$ (TRA: Total de Recursos aplicados/TRD: Total de Recursos Disponibilizados).



Figura 3 - Índice de execução orçamentária em capacitação
Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas - Cogep

Os resultados apresentados neste gráfico demonstram que as ações realizadas não comprometeram a totalidade dos recursos financeiros disponíveis, uma vez que no início do ano não foi possível a contratação dos eventos de capacitação.

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Informo também que não houve Convênios no exercício de 2011 a ser lançado e atualizado no SICONV.

Juliano Flávio dos Reis Rezende

Responsável pelo Expediente da Gerência de Contratos e Convênios

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos perante o Tribunal de Contas da União, conforme preceitua a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, que os servidores da Imprensa Nacional foram notificados da obrigatoriedade da entrega da Declaração de Bens e Rendas, mediante Memorando-Circular nº 12/COGEP/IN/PR, de 7 de outubro de 2010; Memorando-Circular nº 3 /COGEP/IN/PR, de 14 de março de 2011 e Mensagem eletrônica, sendo prontamente atendido.

No entanto, os servidores abaixo elencados, até a presente data não apresentaram Declaração de Bens e Rendas, referente ao ano calendário 2009, exercício de 2010:

Matricula Siape	Nome
440502	Aldneia dos Santos Barbosa Torres
440286	Carlos Alberto Ferreira de Oliveira
440661	Ivone de Almeida Lopes
440361	Jose Nilson de Queiroz
7440637	Katia Maria Maciel Castor
440595	Maria Concebida Pereira de Moraes
440521	Maria de Oliveira Neta
1194258	Moises Brito de Castro
220537	Silvania Maria Lustosa B. Lemos
440916	Wagner de Wilton Morgado

Tabela 26 - servidores que até a presente data não apresentaram Declaração de Bens e Rendas

Meiry Crisóstomo Paiva de Freitas
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma				X	

eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tabela 27 - Estrutura de controles internos da UJ
Fonte: Direção Geral da Imprensa Nacional

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ? Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ? Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ? Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Troca de torneiras, lâmpadas econômicas, caclas refletivas.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ? Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel Coucher 90 gramas e 170 gramas					X

7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ? Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? – Resposta: Sim, nos procedimentos de compra de veículos foi especificado a aquisição de veículos motor flex - álcool/gasolina.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ? Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ? Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Designação de comissão para realização de campanhas de conscientização com a distribuição de <i>folder</i> , afixação de cartazes, etc.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ? Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tabela 28 – Gestão ambiental e Licitações Sustentáveis
Fonte: Direção Geral da Imprensa Nacional

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel - R\$			Despesa com Manutenção no exercício - R\$	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
110245	9701.22308.500-8	Em regularização - entrega	Bom	9.387.167,11	17/9/2009	-	46.698.268,64	-

Tabela 29 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Fonte: Gerência de Patrimônio-Gepat

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	39				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

<p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
---	--	--	--	--	--

Tabela 30 - Gestão de TI da UJ

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação-Corti

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

No exercício de 2010 foram utilizados recursos em favor dos supridos, para pagamento do Cartão do Governo Federal, conforme segue detalhamento dos pagamentos.

Suprida: Mônica Lima Matos Salgado

Processo	Cartão	Saque	Anulação	Total
00034.000133/2010-79	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000133/2010-79	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000133/2010-79	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
00034.000133/2010-79	173,14	0,00	3.826,86	4.000,00
00034.000133/2010-79	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000133/2010-79	120,95	0,00	0,00	0,00
00034.000133/2010-79	1.293,64	0,00	0,00	0,00
00034.000133/2010-79	94,50	0,00	611,86	2.000,00
00034.000133/2010-79	87,04	0,00	3.792,01	4.000,00
00034.000133/2010-79	185,64	0,00	0,00	0,00
00034.000133/2010-79	212,00	0,00	3.602,40	4.000,00
00034.000133/2010-79	423,30	0,00	1.576,70	2.000,00
00034.000991/2007-18	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.001000/2007-14	360,00	0,00	0,00	3.640,00
00034.001000/2007-14	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Total	2.950,21	0,00	15.409,83	23.640,00

Tabela 31 - Suprida: Mônica Lima Matos Salgado

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças-Cofin

Suprido: Paulo Marcelo Moura Xavier

Processo	Cartão	Deposito	Saque	Anulação	Total
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	416,10	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	345,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	538,73	0,00	0,00	2.700,17	4.000,00
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
00034.000217/2010-11	1.098,27	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	1.156,80	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
00034.000217/2010-11	404,56	0,00	0,00	1.340,37	4.000,00
00034.000217/2010-11	192,50	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	842,23	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000217/2010-11	120,00	0,00	0,00	3.880,00	4.000,00
00034.000217/2010-11	1.232,00	0,00	0,00	1.733,27	4.000,00
00034.000979/2007-11	112,28	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.000990/2007-73	560,00	0,00	0,00	3.327,72	4.000,00
00034.000909/2007-73	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
00034.001006/2007-91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.018,47	0,00	0,00	20.981,53	32.000,00

Tabela 32 - Suprido: Paulo Marcelo Moura Xavier

Fonte: Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças-Cofin

Suprido: Júlio César de Albuquerque Campos

Processo	Cartão	Saque	Anulação	Total
00034.001412/2010-50	370,00	0,00	0,00	0,00
00034.001412/2010-50	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.001412/2010-50	1.564,00	0,00	2.066,00	4.000,00
00034.001412/2010-50	200,00	0,00	1.800,00	2.000,00
00034.001412/2010-50	0,00	0,00	0,00	0,00
00034.001412/2010-50		0,00	0,00	0,00
00034.001412/2010-50	104,00	0,00	2.896,00	4.000,00
00034.001412/2010-50	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Total	2.238,00	0,00	6.762,00	12.000,00

Tabela 33 - Suprido: Júlio César de Albuquerque Campos
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças-Cofin

Suprido: Antônio Carlos da Cruz Vaz

Processo	Cartão	Deposito	Saque	Anulação	Total
00034.004365/2009-62	695,50	0,00	150,00	2.847,20	845,50
00034.004365/2009-62	709,70	1,00	390,00	0,00	1.098,70
00034.004365/2009-62	2.568,60	0,00	640,00	0,00	3.208,60
00034.004365/2009-63	1.137,28	0,00	0,00	0,00	1.137,28
00034.004365/2009-62	425,54	0,00	730,00	4.972,18	1.155,54
00034.004365/2009-63	655,00	0,00	80,00	0,00	735,00
00034.004365/2009-62	1.542,65	0,00	0,00	0,00	1.542,65
00034.004365/2009-62	1.346,92	0,00	380,00	0,00	1.726,92
00034.004365/2009-62	1.044,21	0,00	0,00	3.686,22	1.044,21
00034.004365/2009-62	0,00	0,00		0,00	0,00
00034.004365/2009-62	1.415,01	0,00	0,00	6.583,99	1.415,01
Total	11.540,41	1,00	2.370,00	18.089,59	13.909,41

Tabela 34 - Suprido: Antônio Carlos da Cruz Vaz
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças-Cofin

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU

1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Imprensa Nacional					000332
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	00034.000406/2009-41	1.122/2008	9.2.6		Auditoria de Gestão – 2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Diretoria-Geral					000332
Descrição da Deliberação:					
Ressarcimento de despesas com utilização de área pública cedida a ASDIN, assim entendidas aquelas relacionadas à água, luz e esgoto.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria-Geral					
Síntese da providência adotada:					
<p>O Tribunal de Contas da União – TCU, fundamentado no Relatório de Auditoria Especial nº 5-A/2005, realizado pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR, bem como pelo Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Imprensa Nacional (Portaria nº 128, de 20/7/2005), determinou envio de cópia da Decisão ao Ministério Público Federal para “adoção de <i>“ providências que julgar cabíveis quanto à cobrança de taxa de administração pela Asdin em área pública ocupada de forma irregular”</i>”. Essas áreas continuaram a ser ocupadas por força de Decisão Liminar prolatada nos autos da Ação Cautelar nº 2006.34.00.016737-0, a qual suspendeu a decisão administrativa do senhor Diretor-Geral pela retirada dos estabelecimentos comerciais do espaço público da Imprensa Nacional. Em atendimento ao Ofício nº 284/10/AGU/PRU1/COAPRO/RMC, de 30 de junho de 2010, ratificando a determinação de desocupação consubstanciada no Ofício nº 175/2006/DIRGE/IN, derivado do Julgamento do Relatório Final do Grupo de Trabalho - Portaria nº 128 de 20 de julho de 2003 e do Relatório 5-A/2005, da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil, foi comunicado, por intermédio do Ofício nº 300/2010/DIRGE, de 2 de julho de 2010, à Presidência da Associação dos Servidores da Imprensa Nacional – ASDN, a necessidade de adotar providências para desocupação dos espaços utilizados pela Banca de Revistas Neve Ltda – ME, pelo Lava-Jato e por todas as lojas comerciais da chamada “Galeria ASDIN”. Tal procedimento justificou-se pelo fato da demanda cautelar tanto quanto a principal terem sido consideradas totalmente improcedentes, não restando, segundo a Procuradoria-Regional da União, <i>“nenhum óbice jurídico-legal que impeça o cumprimento das diligências administrativas acima mencionadas, haja vista que a sentença de total improcedência revoga a medida liminar anteriormente concedida”</i>. Ficou, ainda, aquela Associação, notificada para submeter à avaliação da Direção-Geral, um plano de utilização das áreas ocupadas, voltado para o atendimento de suas atividades-fim.</p> <p>Por meio do Ofício nº 36/2010/ASDIN, foi solicitado, por aquela Associação, um prazo de 30(trinta) dias para que todos os lojistas pudessem providenciar a retirada dos móveis e mercadorias bem como resolver questões trabalhistas dos seus respectivos empregados, pedido deferido pela Diretoria-Geral, por meio do Ofício nº 301/2010/DIRGE/IN. A efetiva desocupação veio a ocorrer em 12 de agosto de 2010, após o cumprimento de prazo de 30 (trinta) dias, concedido a pedido da ASDIN.</p> <p>Ainda, em se tratando das áreas ocupadas por aquela Associação, o ressarcimento de valores correspondentes aos pagamentos de faturas relativas às despesas de água e esgoto, assim como de energia elétrica das áreas referidas, foi imposto a partir do mês de setembro de 2010, sendo que as contas anteriores obedecerão ao esclarecimento legal, dada à condição de suspensão da medida por Antecipação de Tutela que sustou os efeitos do Acórdão nº 1.122/2008. Foram instalados hidrômetros e wattímetros, para leitura de gastos com água e luz.</p> <p>Em 10 de dezembro de 2010, foi encaminhado à Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da PR, o Ofício nº 559/DIRGE reportando-se à Diligência COAUD/nº 70/2010, de 30 de novembro de 2010, informando sobre a instauração de processo administrativo no sentido de ser oportunizado contraditório e a ampla defesa da Associação dos Servidores da Imprensa Nacional - ASDIN. Em anexo, encaminhou-se àquela Ciset, cópia do Termo de Cessão da área Pública para a ASDIN.</p>					

Nesse contexto, por meio da Portaria DIRGE nº 15, de 12 de janeiro de 2011 , constituiu-se grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos e analisar fatos concernentes aos débitos retroativos de água, luz e esgoto das áreas concedidas à ASDIN, com prazo de conclusão de 60 (sessenta) dias. Essa decisão resultou de prerrogativas dadas pela Advocacia Geral da União, sobre os fatos, onde caberia aguardar o trânsito em julgado ou instaurar processo administrativo para análise da existência ou não de débitos.
Síntese dos resultados obtidos
A efetiva desocupação da ASDIN, ocorreu em 12 de agosto de 2010; Foram encaminhados boletos para ressarcimento, pela ASDIN, da utilização de água e esgoto (CAESB) e energia elétrica (CEB), com início no mês de setembro de 2010, bem como cópias das planilhas de consumo, conforme solicitado pelo Ofício nº 39/2010/ASDIN, de 11 de agosto de 2010. Comunicou-se à Procuradoria Regional da República/Ministério Público Federal, Advocacia-Geral da União e Secretaria Executiva da Casa Civil acerca da desocupação das áreas anteriormente utilizadas pela Associação, através dos Ofícios nºs 340, 342 e 343, de 16 de agosto de 2010.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
As providências concernentes à posição da ASDIN são afetas a análises jurídicas, ainda em andamento.

Tabela 35 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Fonte: Fonte: Chefia de Gabinete-Gabin/Dirge

2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

2.1. Regimento Interno da Imprensa Nacional

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Imprensa Nacional					000332
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	00034.000406/2009-41	1.122/2008			Auditoria de Gestão – 2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Diretoria-Geral					000332
Descrição da Deliberação:					
Recomendar à Imprensa Nacional que atualize e defina detalhadamente as competências dos órgãos que compõem a sua estrutura básica, de modo a prever as atuais atividades desenvolvidas pelo órgão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria-Geral					
Síntese da providência adotada:					
A Imprensa Nacional, tem sua estrutura organizacional contida em Regimento Interno, criado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Por conta de recomendação do Tribunal de Contas da União, vem sendo trabalhada, em termos de análise institucional, a atualização de suas unidades para remontar estrutura básica condizente com os procedimentos afetos a tal recomendação. As competências de cada unidade, adaptadas à modernidade das rotinas, deu origem a uma proposta, gerando uma minuta de novo Regimento Interno, que ficaram registradas nas reuniões de coordenação realizadas em 19 de janeiro e 26 de maio de 2010, conforme contido nos Memorandos-circulares nºs 3 e 18 de 2010. Resta o encaminhamento da minuta à Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, para análise e parecer conclusivo.					
Síntese dos resultados obtidos					
Efetivação de uma proposta para apresentação à Casa Civil da Presidência da República.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A aprovação da estrutura da Imprensa Nacional depende de análise e parecer da Casa Civil.					

Tabela 36 - Regimento Interno da Imprensa Nacional
Fonte: Fonte: Chefia de Gabinete-Gabin/Dirge

2.2. Déficit em quadro de pessoal da Imprensa Nacional

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Imprensa Nacional					000332
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	00034.000406/2009-41	1.122/2008	9.2.6		Auditoria de Gestão – 2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Diretoria-Geral					000332
Descrição da Deliberação:					
Medidas empreendidas pelo órgão para reverter o problema de déficit em seu quadro de servidores.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria-Geral					
Síntese da providência adotada:					
<p>Por conta de diversas alterações estruturais na Imprensa Nacional, no período de 2001 a 2003, com a redistribuição de 307 servidores ativos, acrescido dos pedidos de aposentadoria, ocorreu um déficit no quadro de servidores. Para que se desse início a um trabalho estrutural, minimizando a dimensão de tal déficit, a administração houve por preparar um estudo da necessidade de força de trabalho de cada unidade. Com essa necessidade compilada, a previsão da figura do concurso público foi levantada e viabilizada como solução para a situação. A solução imediatista encontrada em 2003, de redistribuição reversa, como já se sabia, não seria suficiente, como agora se comprova. As redistribuições reversas havidas foram pontuais, em números inexpressivos, se comparadas com as aposentadorias ocorridas no período.</p> <p>Faz-se necessário olvidar o concurso público pela real necessidade de se prover a Imprensa Nacional de servidores, ressaltando-se que a previsão informada pela Coordenação de Gestão de Pessoas é de que, até o ano de 2015, deverão estar se aposentando 60% dos servidores. Além disso, a reestruturação organizacional da Imprensa Nacional, que se encontra em curso, exigirá aporte da força de trabalho do órgão.</p> <p>As tratativas no sentido dessa avaliação, tiveram lugar em diversas reuniões onde se cuidou das necessidades de cada unidade do órgão, registradas em Memorando-Circular nº 14, de 19 de abril de 2010, nº 26, de 4 de agosto de 2010 e nº 41, de 23 de novembro de 2010.</p> <p>Além das providências internas de análise e levantamento de necessidades, as tratativas continuam em evolução, uma vez que dependem da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim como da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, com vistas à realização de concurso público e processo seletivo simplificado, já de conhecimento daqueles órgãos desde o ano de 2007, quando foi expedido documento formal acerca da necessidade do concurso público.</p> <p>Última providência: Ofício nº 16/DIRGE/2011 de 20/1/2011- para MPO atualização de dados e reiteração sobre a necessidade de concurso.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Levantamento de necessidades advindas de todas as Unidades da Imprensa Nacional.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A adoção de providências depende da análise e parecer favorável da Casa Civil da Presidência da República, com a apresentação dos dados levantados de necessidades institucionais, com relação ao quadro de pessoal.					

Tabela 37 - Regimento Interno da Imprensa Nacional
 Fonte: Fonte: Chefia de Gabinete-Gabin/Dirge

2.3. Descrição de indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciamento e conformidade e desempenho dos programas/e ações governamentais.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Imprensa Nacional					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	00034.000409/2009-41	166/2008	6.1.11		Auditoria de Gestão – 2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Direção-Geral					
Descrição da Deliberação:					
Descrição de indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas e/ou ações governamentais.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Orçamento e Finanças					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Os fatores caracterizados como indicadores necessitam, por parte dos seus gestores, estar sempre atualizados. A análise da Auditoria os caracterizou como não adequados aos parâmetros com relação aos objetivos propostos, não atendendo com isso, aos princípios da seletividade, da satisfatoriedade e da confiabilidade. Com isso, houve alteração das propostas para o Programa 0753, que foram encaminhadas à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIROF, da Coordenação-Geral de Planejamento Orçamentário e Financeiro – COPLA, conforme documentação em anexo. Continuam sendo aprimorados pela gestão para atingir o objetivo proposto.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A viabilidade de alcance dos índices dos indicadores institucionais e demais apurações, ficou prejudicada, por entendermos que não atender mais ao Programa 0753. Diante das necessidades foi sugerido a DIROF/COPLA, alterações e inclusões de novos indicadores.					

Tabela 38 - Descrição de indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciamento e conformidade e desempenho
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças-Cofin

2.4. Conformidade de pagamento de ativos e aposentados, pensionistas e ex-servidores a título de GPS.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Imprensa Nacional					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	00034.000409/2009-41	166/2008	6.4		Auditoria de Gestão – 2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Direção-Geral					
Descrição da Deliberação:					
Conformidade de pagamento de ativos e aposentados, pensionistas e ex-servidores a título de Gratificação por Produção Suplementar – GPS					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Os pagamentos de GPS efetuados pela Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP a servidores ativos, aposentados e pensionistas, foram executados em cumprimento a determinação judicial.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O cumprimento das determinações judiciais encaminhadas a este órgão, referente a GPS foi autorizado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O não cumprimento dessas ações acarretaria para administração multas e juros ainda maiores. Ressalta-se que a Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP vem obedecendo ao disposto nos Acórdãos que orientam quanto ao pagamento de GSP judicial.					

Tabela 39 - Conformidade de pagamento de ativos e aposentados, pensionistas e ex-servidores a título de GPS
Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas-Cogep

Declaração do Contador responsável por UJ

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL-EXEC. ORÇ. FIN./PR			110245
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo de Imprensa Nacional - Exec. Orç. Fin./PR que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Restrição Contábil 008 - Saldos alongados contas Transitórias - Ativo Circulante;</p> <p>b) Restrição Contábil 163 – Saldo alongado em contas transitórias – Ativo Compensado;</p> <p>c) Restrição Contábil 458 - Falta de Reclassificação de despesa Suprimento de Fundo;</p> <p>d) Falta/Atraso cumprimento de Diligências.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF

Tabela 40 - Declaração do Contador – Exec. Orç. Fin./PR
Fonte: Ciset-CC-PR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/COORD.REC.HUMANOS			110247
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo de Imprensa Nacional/Coord. Rec. Humanos/PR que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Restrição Contábil 203 - Saldos Alongados Contas transitórias do Passivo Circulante;</p> <p>b) Restrição Contábil 212 – Divergência entre os Valores Liquidados X Passivo Financeiro; e</p> <p>c) Falta/Atraso cumprimento de Diligências.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF

Tabela 41 - Declaração do Contador – Cord.Rec. Humanos
Fonte: Ciset-CC-PR

Conclusão

As atividades desenvolvidas pela Imprensa Nacional espelham o esforço dos seus quadros na busca de melhoria contínua de sua gestão e de seus processos, com vistas a excelência na prestação de serviços no atendimento e satisfação do cidadão brasileiro e dos órgãos públicos.

O relatório apresentado demonstra de forma sucinta e objetiva as principais ações desenvolvidas no ano de 2010 por este Órgão, com vistas a cumprir sua missão regimental e de atender às recomendações das auditorias internas e externas.

Brasília, 31 de março de 2011.

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Diretor Geral Substituto da Imprensa Nacional